

## SUMÁRIO

<b>1 – HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Introdução.....	1
1.2 Direito estrangeiro .....	2
1.2.1 França.....	2
1.2.2 Alemanha .....	2
1.2.3 Itália .....	3
1.2.4 Reino Unido da Grã-Bretanha.....	3
1.2.5 Espanha.....	3
1.2.6 Portugal.....	4
1.2.7 Estados Unidos da América .....	4
1.2.8 México .....	5
1.2.9 Argentina.....	5
1.3 Evolução no Brasil.....	6
1.3.1 Constituição Política do Império do Brasil de 1824.....	6
1.3.2 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 ...	6
1.3.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 ...	8
1.3.4 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 .....	9
1.3.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 .....	10

1.3.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e Emenda Constitucional 1/1969.....	12
1.3.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	15
<b>2 – CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>19</b>
2.1 Denominação.....	19
2.2 Conceito.....	19
2.3 Abrangência da matéria.....	20
<b>3 – AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>21</b>
3.1 Autonomia do Direito Processual do Trabalho .....	21
3.2 Relações do Direito Processual do Trabalho com outros ramos do Direito.....	23
3.3 Direito Processual do Trabalho no contexto da Teoria Geral do Processo e do Direito Constitucional.....	24
3.4 Natureza jurídica do Direito do Processual Trabalho.....	29
<b>4 – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>31</b>
4.1 Fontes materiais e fontes formais .....	31
4.2 Fontes formais do Direito Processual do Trabalho.....	31
4.2.1 Constituição .....	32
4.2.2 Leis.....	32
4.2.3 Jurisprudência .....	32
4.2.4 Normas dos tribunais.....	33
4.2.5 Usos e costumes.....	33
4.2.6 Princípios jurídicos.....	33
<b>5 – INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA DAS NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....</b>	<b>35</b>
5.1 Interpretação do Direito Processual do Trabalho .....	35
5.2 Integração do Direito Processual do Trabalho .....	37
5.3 Eficácia das normas de Direito Processual do Trabalho no tempo....	39
5.4 Eficácia das normas de Direito Processual do Trabalho no espaço...	42

<b>6 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO...</b>	<b>45</b>
6.1 Conceito e natureza jurídica dos princípios no Direito.....	45
6.2 Funções dos princípios no Direito .....	46
6.3 Princípios no Direito Processual do Trabalho .....	47
6.3.1 Princípio de proteção no Direito Processual do Trabalho .....	47
6.3.2 Princípios do Direito Processual no Direito Processual do Trabalho .....	48
6.3.3 Princípios constitucionais do processo e Direito Processual do Trabalho .....	49
<b>7 – FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS...</b>	<b>53</b>
7.1 Introdução.....	53
7.2 Espécies de conflitos trabalhistas .....	54
7.3 Formas de solução dos conflitos trabalhistas .....	55
7.3.1 Autodefesa .....	55
7.3.2 Autocomposição .....	55
7.3.3 Heterocomposição.....	57
7.3.3.1 Arbitragem .....	57
7.3.3.2 Jurisdição.....	60
<b>8 – ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....</b>	<b>65</b>
8.1 Introdução.....	65
8.2 Órgãos da Justiça do Trabalho .....	65
8.2.1 Varas do Trabalho .....	66
8.2.2 Tribunais Regionais do Trabalho .....	66
8.2.2.1 Composição.....	66
8.2.2.2 Organização e Regiões.....	67
8.2.2.3 Órgãos e competência .....	69
8.2.3 Tribunal Superior do Trabalho .....	73
8.2.3.1 Composição e direção .....	73
8.2.3.1.1 Presidente do TST.....	74
8.2.3.1.2 Vice-Presidente do TST .....	77
8.2.3.1.3 Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.....	77

8.2.3.2	Comissões no TST .....	80
8.2.3.3	Funcionamento e órgãos .....	83
8.2.3.3.1	Pleno do TST .....	84
8.2.3.3.2	Órgão Especial .....	85
8.2.3.3.3	Seção Especializada em Dissídios Coletivos ...	87
8.2.3.3.4	Seção Especializada em Dissídios Individuais ...	89
8.2.3.3.5	Turmas .....	90
8.2.3.4	Órgãos que funcionam junto ao TST .....	91
8.3	Órgãos e serviços auxiliares da Justiça do Trabalho .....	92
8.3.1	Secretaria.....	92
8.3.2	Distribuidor.....	95
8.3.3	Oficiais de Justiça.....	96
<b>9</b>	<b>– MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO .....</b>	<b>97</b>
9.1	Introdução.....	97
9.2	Princípios e organização do Ministério Público do Trabalho .....	98
9.3	Garantias e vedações.....	100
9.4	Competência e atribuições: tutela dos direitos metaindividuais e fundamentais .....	102
9.5	Inquérito civil.....	108
9.6	Termo de ajuste de conduta.....	110
9.7	Ação civil pública .....	110
9.8	Ação anulatória de cláusulas convencionais.....	115
9.9	Conclusão .....	116
<b>10</b>	<b>– COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....</b>	<b>117</b>
10.1	Jurisdição .....	117
10.2	Competência .....	119
10.3	Classificação da competência.....	120
10.3.1	Competência absoluta e relativa.....	120
10.3.2	Competência em razão da matéria, da pessoa, funcional, territorial e em razão do valor da causa .....	121
10.3.3	Competência civil e criminal .....	122

10.3.4	Competência comum e especial.....	122
10.3.5	Competência originária e recursal.....	123
10.3.6	Competência constitucional e legal (infraconstitucional) .....	123
10.3.7	Competência de juízo .....	124
10.3.8	Competência internacional.....	127
10.4	Competência da Justiça do Trabalho: classificação.....	128
10.5	Relação de trabalho .....	131
10.5.1	Relação de trabalho e relação de consumo.....	139
10.5.2	Relação de trabalho e prestação de serviço por empresa .....	145
10.5.3	Relação de trabalho e pequena empreitada.....	146
10.5.4	Relação de trabalho e representação comercial autônoma.....	146
10.5.5	Relação de trabalho, relação societária e relação associativa.....	149
10.5.6	Relação de trabalho, trabalho eventual e avulso .....	151
10.5.7	Relação de trabalho e trabalho gratuito .....	152
10.5.8	Relação de trabalho e trabalho do preso.....	153
10.6	Entes de direito público externo.....	154
10.7	Servidores públicos.....	156
10.7.1	Dissídio coletivo e administração pública.....	161
10.8	Greve .....	163
10.9	Representação sindical e conflitos sindicais .....	166
10.10	Mandado de segurança.....	172
10.10.1	Mandado de segurança e penalidades administrativas impostas pela fiscalização trabalhista .....	173
10.11	<i>Habeas corpus</i> .....	173
10.12	<i>Habeas data</i> .....	173
10.13	Danos morais e materiais decorrentes da relação de trabalho.....	174
10.14	Penalidades administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização do trabalho.....	179
10.15	Execução de contribuições sociais .....	179
10.16	Dissídio coletivo .....	181
10.17	Conflitos de competência.....	183
10.18	Competência nos casos de falência e recuperação de empresa .....	184
10.19	Competência em razão do lugar.....	188

10.19.1	Local da prestação do serviço.....	191
10.19.2	Agentes ou viajantes comerciais.....	191
10.19.3	Empresa que realize atividade fora do lugar do contrato ...	192
10.20	Competência internacional .....	193
10.21	Competência do juízo e distribuição.....	195
10.22	Competência funcional .....	196
<b>11</b>	<b>– ATOS, TERMOS E PRAZOS NO PROCESSO DO TRABALHO .....</b>	<b>201</b>
11.1	Processo, procedimento e ato processual.....	201
11.2	Termo.....	206
11.3	Prazos processuais .....	210
11.3.1	Classificação .....	211
11.3.2	Contagem dos prazos processuais.....	212
11.3.3	Início do prazo para recurso .....	214
11.3.4	Prazos para o juiz.....	215
11.3.5	Prazos para o serventuário da Justiça.....	216
11.3.6	Prazos para as partes .....	216
11.3.7	Prazos para a Fazenda Pública e para o Ministério Público ...	218
11.4	Comunicação dos atos processuais.....	220
11.5	Preclusão.....	224
11.5.1	Preclusão temporal.....	225
11.5.2	Preclusão lógica.....	225
11.5.3	Preclusão consumativa .....	226
11.6	Perempção .....	226
11.7	Informatização do processo.....	227
11.7.1	Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	228
11.7.2	Processo eletrônico.....	230
<b>12</b>	<b>– NULIDADES NO PROCESSO DO TRABALHO .....</b>	<b>233</b>
12.1	Fundamentos e conceituação.....	233
12.2	Vícios dos atos processuais .....	234
12.3	Princípios das nulidades processuais .....	236

<b>13 – PARTES</b> .....	241
13.1 Terminologia.....	241
13.2 Conceito.....	242
13.3 Sucessão das partes .....	243
13.4 Capacidade de ser parte .....	244
13.5 Capacidade de estar em juízo.....	244
13.6 Capacidade postulatória.....	249
13.6.1 Mandato .....	252
13.6.2 Assistência Judiciária e justiça gratuita.....	257
13.7 Deveres das partes e litigância de má-fé.....	261
<b>14 – LITISCONSÓRCIO</b> .....	267
14.1 Conceito.....	267
14.2 Classificação e regime legal .....	268
<b>15 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS</b> .....	275
15.1 Denominação e natureza jurídica.....	275
15.2 Conceito e classificação .....	276
15.3 Assistência.....	278
15.4 Oposição.....	280
15.5 Nomeação à autoria.....	285
15.6 Denúnciação da lide .....	289
15.7 Chamamento ao processo.....	300
15.8 Chamamento à autoria previsto no art. 486 da CLT .....	304
<b>16 – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL</b> .....	311
16.1 Introdução.....	311
16.2 Legitimação ordinária e extraordinária.....	312
16.3 Conceito.....	313
16.4 Espécies .....	314
16.5 Substituição processual e representação processual .....	314
16.6 Substituição processual e sucessão de partes .....	315
16.7 Substituição processual no processo do trabalho .....	315

16.8	Características da substituição processual trabalhista.....	315
16.9	Substituição processual e direitos metaindividuais trabalhistas.....	317
16.10	Substituição processual e Constituição de 1988.....	319
16.11	Substituição processual: CLT e outros diplomas legais.....	323
16.12	Rol de substituídos .....	325
16.13	Liquidação .....	325
16.14	Coisa julgada e litispendência na substituição processual.....	326
16.15	Substituição processual e execução.....	328
16.16	Conclusão .....	328
<b>17</b>	<b>– CONDIÇÕES DA AÇÃO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS....</b>	<b>331</b>
17.1	Direito de ação.....	331
17.2	Elementos da ação .....	332
17.3	Classificação das ações .....	333
17.4	Condições da ação .....	335
17.5	Pressupostos processuais .....	338
17.6	Comissão de Conciliação Prévia .....	340
<b>18</b>	<b>– PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO TRABALHISTA .....</b>	<b>343</b>
18.1	Requisitos da petição inicial trabalhista.....	343
18.1.1	Valor da causa .....	347
18.1.2	Provas.....	350
18.1.3	Requerimento de citação.....	350
18.2	Pedido .....	351
18.3	Emenda da petição inicial.....	355
18.4	Indeferimento da petição inicial .....	357
18.5	Distribuição da ação .....	362
18.6	Tutela antecipada .....	363
18.6.1	Antecipação da tutela na sentença.....	377
<b>19</b>	<b>– PROCEDIMENTO .....</b>	<b>381</b>
19.1	Classificação dos procedimentos.....	381
19.2	Procedimento ordinário.....	383



19.3 Procedimento sumaríssimo .....	388
19.4 Procedimento de alçada.....	395
19.5 Procedimento nas ações decorrentes da ampliação da competência da Justiça do trabalho.....	396
19.6 Suspensão do processo .....	397
<b>20 – RESPOSTAS DO RÉU.....</b>	<b>401</b>
20.1 Classificação.....	401
20.2 Exceções .....	402
20.2.1 Exceção de incompetência.....	404
20.2.2 Exceções de impedimento e de suspeição .....	404
20.3 Contestação.....	408
20.4 Reconvenção.....	413
20.5 Ação declaratória incidental.....	417
<b>21 – REVELIA .....</b>	<b>421</b>
21.1 Conceito.....	421
21.2 Efeitos da revelia.....	423
21.3 Revelia e confissão quanto à matéria de fato .....	427
<b>22 – PROVAS .....</b>	<b>431</b>
22.1 Objeto da prova.....	431
22.2 Classificação.....	432
22.3 Ônus da prova.....	433
22.4 Valoração da prova .....	437
22.5 Meios de prova.....	438
22.5.1 Depoimento pessoal .....	439
22.5.1.1 Confissão .....	442
22.5.2 Documentos .....	444
22.5.2.1 Juntada de documentos.....	451
22.5.2.2 Exibição de documentos.....	452
22.5.2.3 Arguição de falsidade .....	454
22.5.3 Testemunhas.....	455

22.5.4 Perícia .....	462
22.5.5 Inspeção judicial.....	469
<b>23 – SENTENÇA.....</b>	<b>471</b>
23.1 Conceito.....	471
23.2 Classificação.....	473
23.3 Julgamento imediato de processos repetidos .....	476
23.4 Requisitos da sentença.....	481
23.5 Honorários advocatícios.....	488
23.6 Custas e despesas processuais .....	490
23.7 Conciliação, desistência da ação e homologação judicial .....	499
23.8 Coisa julgada.....	503
23.8.1 Conceito .....	503
23.8.2 Limites da coisa julgada.....	505
23.8.3 Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	509
23.9 Coisa julgada criminal e efeitos no processo do trabalho.....	511
<b>24 – RECURSOS.....</b>	<b>513</b>
24.1 Teoria geral dos recursos .....	513
24.2 Conceito de recurso .....	513
24.3 Natureza jurídica do recurso.....	514
24.4 Princípios dos recursos.....	514
24.5 Classificação dos recursos.....	518
24.6 Pressupostos recursais.....	519
24.6.1 Pressupostos recursais subjetivos .....	520
24.6.2 Pressupostos recursais objetivos.....	521
24.7 Juízo de mérito dos recursos .....	542
24.8 Efeitos dos recursos.....	543
24.9 Recursos em espécie no processo do trabalho .....	556
24.9.1 Recurso ordinário .....	556
24.9.2 Agravo de instrumento .....	560
24.9.3 Recurso de revista.....	567

24.9.4 Embargos no TST .....	578
24.9.5 Agravo regimental.....	581
24.9.6 Embargos de declaração .....	584
24.9.7 Agravo de petição .....	589
24.9.8 Recurso extraordinário .....	590
24.10 Recurso adesivo .....	596
24.11 Correição parcial.....	597
24.12 Pedido de revisão .....	598
24.13 Remessa de ofício .....	599
24.14 Poderes do relator .....	601
24.15 Uniformização da jurisprudência .....	603
24.16 Julgamento nos tribunais e incidente de assunção de competência...	607
24.17 Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	609
<b>25 – LIQUIDAÇÃO .....</b>	<b>613</b>
25.1 Conceito e natureza jurídica .....	613
25.2 Limites.....	615
25.3 Conta de liquidação e decisão de liquidação .....	616
25.3.1 Juros e correção monetária.....	617
25.4 Impugnação à decisão de liquidação pelo executado .....	622
25.5 Modalidades de liquidação.....	623
25.6 Liquidação das contribuições previdenciárias .....	627
25.7 Impugnação à decisão de liquidação pelo exequente .....	628
<b>26 – EXECUÇÃO .....</b>	<b>631</b>
26.1 Conceito e natureza jurídica .....	631
26.2 Normas aplicáveis.....	634
26.3 Competência .....	635
26.4 Legitimidade.....	636
26.4.1 Legitimidade ativa.....	636
26.4.2 Legitimidade passiva.....	639
26.5 Desconsideração da personalidade jurídica .....	642

26.6	Responsabilidade do ex-sócio .....	657
26.7	Fraude à execução .....	661
26.8	Ato atentatório à dignidade da justiça .....	663
26.9	Título executivo .....	665
26.10	Modalidades de execução .....	667
26.10.1	Execução definitiva e provisória.....	667
26.10.1.1	Execução provisória de tutela específica: obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa...	675
26.10.2	Execução de prestações sucessivas .....	680
26.10.3	Execução de obrigação alternativa.....	681
26.10.4	Execução de obrigação de fazer e de não fazer.....	682
26.10.5	Execução para a entrega de coisa.....	688
26.10.6	Execução de obrigação de pagar quantia certa.....	691
26.10.6.1	Aplicabilidade do art. 475-J do CPC.....	698
26.11	Embargos à execução .....	703
26.12	Impugnação do exequente.....	721
26.13	Embargos de terceiro.....	721
26.14	Penhora .....	730
26.14.1	Penhora de créditos.....	735
26.14.2	Penhora de estabelecimento.....	736
26.14.3	Mais de uma penhora sobre o mesmo bem.....	737
26.14.4	Bens penhoráveis e bens impenhoráveis .....	738
26.14.5	Penhora de bem hipotecado .....	743
26.15	Avaliação .....	749
26.16	Arrematação .....	750
26.17	Adjudicação.....	756
26.18	Remição.....	758
26.19	Alienação por iniciativa particular .....	760
26.20	Execução de contribuições previdenciárias.....	761
26.21	Execução contra a Fazenda Pública.....	764
26.22	Execução contra a massa falida .....	776
26.23	Execução contra empresa em liquidação extrajudicial.....	779
26.24	Custas e emolumentos na execução.....	780

26.25 Suspensão da execução .....	784
26.26 Desistência da execução.....	785
26.27 Extinção da execução.....	785
26.28 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	786
<b>27 – DISSÍDIO COLETIVO .....</b>	<b>797</b>
27.1 Conceito.....	797
27.2 Classificação.....	797
27.3 Requisitos, limites e natureza jurídica .....	799
27.4 Competência .....	805
27.5 Legitimidade.....	806
27.6 Dissídio coletivo de greve .....	811
27.7 Instauração do dissídio coletivo.....	815
27.8 Conciliação, instrução e julgamento.....	818
27.9 Eficácia e vigência no tempo da sentença normativa.....	822
27.10 Recurso.....	827
27.11 Extensão da sentença normativa.....	828
27.12 Revisão .....	830
27.13 Ação de cumprimento .....	832
27.14 Coisa julgada no dissídio coletivo .....	836
<b>28 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....</b>	<b>843</b>
28.1 Introdução.....	843
28.2 Origem.....	844
28.3 Fundamento normativo .....	844
28.4 Ação civil pública e ação civil coletiva .....	845
28.5 Direitos metaindividuais nas relações de trabalho .....	848
28.6 Sistema processual de tutela coletiva.....	849
28.7 Danos materiais e morais coletivos.....	850
28.8 Legitimidade.....	855
28.9 Competência .....	862
28.10 Rol dos substituídos .....	865
28.11 Litispendência .....	867

28.12 Coisa julgada.....	870
28.13 Abrangência territorial da sentença e da coisa julgada .....	872
28.14 Conclusão .....	877
<b>29 – MEDIDAS CAUTELARES.....</b>	<b>879</b>
29.1 Definição .....	879
29.2 Classificação.....	881
29.3 Competência .....	883
29.4 Requisitos .....	884
29.5 Procedimento .....	885
29.6 Características.....	888
29.7 Fungibilidade.....	889
29.8 Liminar .....	889
29.9 Eficácia da medida cautelar .....	892
29.10 Sentença e coisa julgada.....	895
29.11 Responsabilidade.....	896
29.12 Medidas cautelares típicas ou específicas.....	897
29.12.1 Arresto.....	898
29.12.2 Sequestro.....	900
29.12.3 Caução.....	901
29.12.4 Busca e apreensão.....	903
29.12.5 Exibição .....	904
29.12.6 Produção antecipada de provas .....	905
29.12.7 Justificação.....	907
29.12.8 Protestos, notificações, interpelações .....	908
29.12.9 Atentado.....	910
<b>30 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....</b>	<b>913</b>
30.1 Inquérito para apuração de falta grave .....	913
30.2 Ação de consignação em pagamento .....	920
30.3 Ação de prestação de contas .....	924
30.4 Ação cominatória.....	926
30.5 Ações possessórias.....	927

30.6 Habilitação.....	930
30.7 Restauração de autos .....	931
30.8 Ação revisional .....	932
30.9 Ação monitória.....	934
30.10 Mandado de segurança.....	939
30.11 <i>Habeas corpus</i> .....	953
30.12 <i>Habeas data</i> .....	956
30.13 Mandado de injunção .....	958
30.14 Ação rescisória.....	959
30.14.1 Introdução .....	959
30.14.2 Natureza jurídica .....	960
30.14.3 Cabimento .....	960
30.14.4 Competência .....	964
30.14.5 Legitimidade .....	966
30.14.6 Hipóteses de admissibilidade.....	968
30.14.7 Prazo .....	984
30.14.8 Procedimento .....	986
30.14.9 Depósito prévio .....	991
30.14.10 Decisão.....	997
30.14.11 Recurso.....	998
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>1003</b>